

Formulário de Resposta aos Recursos – CES P17 – SOCIOLOGIA

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1: 26 TIPO 2: 26 TIPO 3: 26	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda o conceito de “fato social”, central na teoria de Émile Durkheim, especialmente conforme sistematizado em sua obra clássica. Para o autor, a Sociologia deve se ocupar de fenômenos que possuem existência própria, distinta das manifestações individuais.</p> <p>A afirmativa I está correta, pois a exterioridade constitui elemento fundamental do fato social. Tais fenômenos existem fora das consciências individuais, sendo previamente dados aos indivíduos no interior da vida social.</p> <p>A afirmativa II está correta, visto que a coercitividade expressa a capacidade que os fatos sociais possuem de impor padrões de comportamento, exercendo pressão sobre os indivíduos, seja de forma explícita ou implícita.</p> <p>A afirmativa III também está correta, pois a generalidade indica que os fatos sociais são coletivos e se manifestam de forma ampla na sociedade, não sendo restritos a casos particulares.</p> <p>A afirmativa IV está incorreta, uma vez que o fato social não se define pela intencionalidade consciente dos indivíduos. Ao contrário, sua existência e manifestação independem da vontade individual, sendo exteriores e dotados de força própria.</p> <p>A afirmativa V está correta, pois os fatos sociais são irreduzíveis ao plano psicológico individual. Durkheim sustenta que os fenômenos sociais devem ser explicados a partir de outros fatos sociais, e não por elementos subjetivos ou individuais.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Dessa forma, estão corretas as afirmativas I, II, III e V.</p> <p>Referências: DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 2011. GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 27 TIPO 2: 33 TIPO 3: 29	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão exige a articulação de diferentes tradições teóricas da Sociologia da estratificação social, envolvendo autores como Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu.</p> <p>A proposição que afirma que, segundo Marx, os Grupos B e C pertencem à mesma classe social está correta em termos teóricos. Para Marx, a divisão fundamental das classes sociais no capitalismo baseia-se na relação com os meios de produção. Assim, aqueles que não os possuem e vendem sua força de trabalho — independentemente de diferenças de qualificação ou prestígio — integram o proletariado. Portanto, tanto o grupo com alta qualificação técnica quanto o grupo de trabalhadores manuais não proprietários pertencem, estruturalmente, à mesma classe.</p> <p>A proposição que trata de Weber está incorreta, pois, embora este autor enfatize a “situação de mercado” na definição de classe, ele não reduz a estratificação apenas ao aspecto econômico. Weber também incorpora dimensões como status (prestígio) e poder, reconhecendo que o conhecimento e as credenciais educacionais influenciam as oportunidades de vida.</p> <p>A proposição referente a Bourdieu está correta, pois sua teoria do espaço social multidimensional considera diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico). O Grupo B, com alto capital cultural e menor capital econômico em relação ao Grupo A, ocupa uma posição intermediária nesse espaço, sendo típico das frações dominadas da classe dominante ou das classes médias.</p> <p>A proposição baseada em Davis e Moore está incorreta, pois a teoria</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>funcionalista não interpreta a estratificação como disfuncional, mas como necessária para o funcionamento da sociedade, justamente por incentivar a ocupação de posições consideradas mais importantes.</p> <p>Por fim, a proposição inspirada em Erik Olin Wright está incorreta, pois a “nova pequena burguesia” refere-se a pequenos proprietários ou trabalhadores autônomos, o que não corresponde ao Grupo B, que não detém propriedade dos meios de produção, mas ocupa posições assalariadas qualificadas.</p> <p>Assim, a única afirmativa correta é aquela que descreve adequadamente a posição do Grupo B na teoria de Bourdieu.</p> <p>Referências: MARX, Karl. <i>O capital: crítica da economia política</i>. São Paulo: Boitempo, 2013. WEBER, Max. <i>Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva</i>. Brasília: UnB, 2004. BOURDIEU, Pierre. <i>A distinção: crítica social do julgamento</i>. São Paulo: Edusp, 2007.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 28 TIPO 2: 28 TIPO 3: 38	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A situação descrita evidencia uma condição organizacional marcada pela ambiguidade estrutural e pela sobreposição de expectativas institucionais, sem correspondente formalização de autoridade. No campo da Sociologia das organizações, especialmente em análises inspiradas na teoria burocrática de Max Weber, distingue-se claramente entre autoridade formal (legal-racional) e práticas informais que emergem no cotidiano institucional.</p> <p>A alternativa que trata de socialização reversa está incorreta, pois esse conceito refere-se à influência dos indivíduos mais jovens ou recém-integrados sobre membros mais antigos, não sendo pertinente ao caso apresentado.</p> <p>A proposição que menciona desvio de função institucionalizado também não é a mais adequada, pois, embora haja acúmulo de funções, o foco da questão não está na ilegalidade ou irregularidade administrativa, mas na ambiguidade estrutural dos papéis desempenhados.</p> <p>A alternativa que aborda papéis sociais intersticiais está correta. Esse</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>conceito descreve posições situadas “entre” funções formalmente definidas, nas quais o indivíduo assume responsabilidades relevantes sem o devido reconhecimento institucional ou autoridade correspondente. A professora ocupa exatamente esse espaço intermediário, sendo demandada como mediadora e articuladora, mas sem respaldo formal.</p> <p>A proposição sobre autoridade burocrática informal está incorreta, pois, embora haja reconhecimento prático de sua atuação, o enunciado enfatiza justamente a fragilidade dessa autoridade, constantemente questionada.</p> <p>Por fim, a alternativa referente a conflito de status ocupacional não é a mais precisa, pois não se trata de conflito entre posições distintas reconhecidas, mas de uma posição híbrida e indefinida.</p> <p>Referências</p> <p>WEBER, Max. <i>Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva</i>. Brasília: UnB, 2004.</p> <p>MERTON, Robert K. <i>Teoria social e estrutura social</i>. São Paulo: Mestre Jou, 1970.</p> <p>GIDDENS, Anthony. <i>Sociologia</i>. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 29 TIPO 2: 37 TIPO 3: 39</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão mobiliza conceitos contemporâneos sobre movimentos sociais, com destaque para contribuições de Zygmunt Bauman e Sidney Tarrow.</p> <p>A afirmativa I está correta, pois os chamados “novos movimentos sociais” caracterizam-se por organização horizontal, fluidez identitária e múltiplas pautas, em contraste com os movimentos operários clássicos mais estruturados e hierarquizados.</p> <p>A afirmativa II está correta, uma vez que o conceito de enquadramento transnacional descreve a adaptação de discursos globais — como direitos humanos — a contextos locais, fortalecendo a legitimidade das reivindicações.</p> <p>A afirmativa III está incorreta, pois as teorias da mobilização de recursos enfatizam estruturas organizacionais formais e liderança centralizada, características que não definem movimentos recentes como Occupy ou as Jornadas de Junho, marcados por horizontalidade e redes descentralizadas.</p> <p>A afirmativa IV está correta, já que o conceito de glocalização expressa a</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>articulação entre dinâmicas globais e especificidades locais, gerando formas híbridas de ação coletiva.</p> <p>Assim, estão corretas as afirmativas I, II e IV.</p> <p>Referências: BAUMAN, Zygmunt. <i>Modernidade líquida</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. TARROW, Sidney. <i>O poder em movimento</i>. Petrópolis: Vozes, 2009. CASTELLS, Manuel. <i>Redes de indignação e esperança</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 30 TIPO 2: 30 TIPO 3: 31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da formação da cidadania moderna no contexto da constituição dos Estados nacionais, tema amplamente discutido por autores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.</p> <p>A alternativa considerada incorreta é aquela que afirma que a consolidação da cidadania moderna implicou a universalização efetiva dos direitos civis e políticos. Tal afirmação não se sustenta historicamente, pois o processo de construção da cidadania foi gradual e excludente, restringindo direitos a determinados grupos sociais por longos períodos.</p> <p>As demais alternativas estão corretas: o contratualismo redefiniu a legitimidade do poder político; os Estados nacionais promoveram padronização administrativa e jurídica; a cidadania foi historicamente excludente; e houve diferenciação entre cidadãos e estrangeiros como critério de pertencimento político.</p> <p>Portanto, a alternativa incorreta é aquela que afirma a universalização efetiva dos direitos no processo inicial da cidadania moderna.</p> <p>Referências: HOBBS, Thomas. <i>Leviatã</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2003. LOCKE, John. <i>Segundo tratado sobre o governo civil</i>. Petrópolis: Vozes, 1994. MARSHALL, T. H. <i>Cidadania, classe social e status</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 31 TIPO 2: 38 TIPO 3: 27	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA E

	<p>I. VERDADEIRA O conceito de "novo rural" brasileiro, desenvolvido especialmente por José Graziano da Silva, descreve exatamente essa transição: pluriatividade, multifuncionalidade, incorporação de atividades não-agrícolas (turismo, preservação, moradia de aposentados urbanos) e dissolução progressiva da dicotomia rural-urbano clássica. Conceito consolidado na sociologia rural brasileira.</p> <p>II. FALSA O erro está na segunda parte. O MST efetivamente adota ocupações e confronto direto, mas não rejeita institucionalmente políticas negociadas com o Estado — ao contrário, a demanda por reforma agrária via Estado é central à sua plataforma. O movimento participou ativamente de negociações com governos, especialmente durante os governos Lula. Rejeitar essa articulação contradiria a própria razão de ser do movimento.</p> <p>III. VERDADEIRA A expansão agrícola no Cerrado produziu simultaneamente crescimento do agronegócio exportador e intensificação de conflitos territoriais com quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. A atribuição a Schneider é generosa — o autor trabalha mais com pluriatividade e agricultura familiar — mas a análise descrita está dentro do campo da sociologia rural crítica brasileira e é factualmente correta em seu conteúdo.</p> <p>IV. VERDADEIRA Lefebvre, em A Revolução Urbana (1970), propõe exatamente a "urbanização completa da sociedade" — a extensão da lógica urbana sobre todos os espaços, incluindo os rurais. A afirmativa captura adequadamente sua tese central, ainda que a expressão "torna obsoleta a distinção analítica" seja uma leitura forte mas defensável do argumento lefebvriano.</p> <p>V. VERDADEIRA A Via Campesina cunhou o conceito de soberania alimentar precisamente como alternativa crítica à segurança alimentar — deslocando o eixo do acesso ao alimento para o controle sobre os sistemas produtivos, a biodiversidade e a autonomia frente ao agronegócio globalizado. Conceito introduzido na Cúpula Mundial da Alimentação (1996).</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO PARA I, III, IV e V, apenas.</p>		
--	--	--	--

<p>TIPO 1: 32 TIPO 2: 39 TIPO 3: 28</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão exige avaliar a adequação pedagógica de conceitos clássicos da Sociologia no contexto do Ensino Médio, considerando não apenas a correção teórica, mas também a viabilidade didática. São mobilizados autores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.</p> <p>A proposta I é inadequada, pois a aplicação da teoria da mais-valia por meio de cálculo matemático com dados empresariais reais exige elevado grau de abstração econômica e domínio técnico que extrapola o nível esperado para o Ensino Médio, podendo comprometer a compreensão conceitual.</p> <p>A proposta II está adequada, uma vez que o conceito de estamentos pode ser transposto didaticamente para discutir distinções de prestígio, estilos de vida e capital simbólico na contemporaneidade, tornando o conteúdo acessível aos estudantes.</p> <p>A proposta III está adequada, pois o conceito de anomia é amplamente utilizado em contextos educacionais para interpretar situações contemporâneas de desorganização social, sendo didaticamente pertinente.</p> <p>A proposta IV está adequada, já que o conceito de ideologia permite análise crítica de fenômenos cotidianos, como mídia e publicidade, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.</p> <p>Dessa forma, estão adequadas apenas as propostas II, III e IV.</p> <p>Referências: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2004. DURKHEIM, Émile. O suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
---	--	-------------------	-------------------------

<p>TIPO 1: 33 TIPO 2: 36 TIPO 3: 37</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão exige a correta compreensão da tipologia da ação social proposta por Max Weber, segundo a qual a ação social é definida pela atribuição de sentido subjetivo por parte do indivíduo.</p> <p>A alternativa que descreve uma reação instintiva ao contato com uma superfície quente está incorreta do ponto de vista da definição de ação social, pois não envolve atribuição de sentido subjetivo, tratando-se de um reflexo fisiológico automático. Portanto, não se configura como ação social.</p> <p>As demais proposições descrevem corretamente tipos ideais de ação social: a ação racional com relação a fins (cálculo de lucro), a ação racional com relação a valores (engajamento por princípio), a ação tradicional (reprodução de costume) e a ação afetiva (conduta guiada por emoção).</p> <p>Assim, a única alternativa que não constitui ação social é a que descreve a reação instintiva.</p> <p>Referências WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2004. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
<p>TIPO 1: 34 TIPO 2: 27 TIPO 3: 34</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda o conceito de colonialismo de dados, amplamente discutido na sociologia contemporânea, especialmente em análises críticas do capitalismo digital, como as desenvolvidas por Nick Couldry e Ulises Mejias.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>A alternativa correta é aquela que compreende o colonialismo de dados como um processo estrutural de extração e apropriação de valor, no qual dados gerados em países periféricos são capturados por grandes corporações globais, reproduzindo relações de dependência e desigualdade típicas do colonialismo histórico.</p> <p>As demais alternativas reduzem indevidamente o conceito a aspectos jurídicos (privacidade), o interpretam de forma otimista (democratização), atribuem autonomia inexistente aos Estados ou negam a relevância das categorias sociológicas clássicas.</p> <p>Referências: COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. SRNICEK, Nick. Capitalismo de plataformas. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 35 TIPO 2: 40 TIPO 3: 30	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata das características sociológicas atribuídas à chamada geração Z, frequentemente analisada por autores como Jean Twenge e Zygmunt Bauman.</p> <p>As afirmativas que destacam a socialização digital, a familiaridade com múltiplas linguagens, a preocupação com saúde mental e o contexto de crise são compatíveis com a literatura contemporânea.</p> <p>A alternativa incorreta é aquela que atribui à geração Z elevada valorização de estabilidade institucional e trajetórias tradicionais de carreira semelhantes à geração anterior. Estudos indicam, ao contrário, maior</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>flexibilidade, busca por propósito e adaptação a contextos instáveis.</p> <p>Referências: TWENGE, Jean M. iGen: why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy. New York: Atria Books, 2017. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 36 TIPO 2: 31 TIPO 3: 32</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O fragmento apresentado articula uma análise crítica da modernidade, destacando a racionalização do tempo como processo simultaneamente produtivo e disciplinar. Tal abordagem dialoga com contribuições de Karl Marx e Michel Foucault.</p> <p>A referência à conversão do tempo em mercadoria remete à crítica marxista da exploração e da alienação no capitalismo. Já a ideia de disciplina dos corpos e controle do tempo aproxima-se da análise foucaultiana das instituições modernas.</p> <p>As demais alternativas não captam essa articulação crítica: não se trata de funcionalismo, nem exclusivamente de desencantamento weberiano, tampouco de nostalgia conservadora ou de análise durkheimiana da coesão social.</p> <p>Portanto, a interpretação correta é aquela que identifica a combinação de dimensões disciplinares e mercantis na modernidade.</p> <p>Referências: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987. THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 37 TIPO 2: 34 TIPO 3: 36</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a distinção fundamental elaborada por Karl Marx entre “classe em si” e “classe para si”, central para a compreensão da dinâmica das classes sociais no capitalismo.</p> <p>A alternativa correta é aquela que define “classe em si” como a posição objetiva ocupada pelos indivíduos nas relações de produção, enquanto “classe para si” corresponde ao momento em que essa classe desenvolve consciência de seus interesses comuns, organização política e capacidade de ação coletiva.</p> <p>As demais alternativas incorrem em equívocos teóricos: não há automatismo entre posição econômica e consciência de classe; Marx não abandona essa distinção; o proletariado é justamente a classe com potencial revolucionário; e a pequena burguesia não ocupa esse papel de mediação como “classe para si”.</p> <p>Referências: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 38 TIPO 2: 32 TIPO 3: 35</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão explora o pensamento de Michel Foucault acerca da articulação</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>entre poder e saber na constituição das subjetividades e das formas de percepção social.</p> <p>O conceito que melhor expressa a organização do que pode ser visto, dito e reconhecido em determinado contexto histórico é o de regimes de visibilidade. Trata-se de um elemento central nas análises foucaultianas, especialmente ao examinar instituições disciplinares, nas quais o controle do visível (como no panoptismo) é fundamental para o exercício do poder.</p> <p>As demais alternativas, embora relacionadas ao pensamento de Foucault, não captam especificamente essa dimensão do perceptível: biopolítica refere-se à gestão da vida; disciplina dos corpos à normatização comportamental; arqueologia do saber à análise dos discursos; e governamentalidade às formas de condução das condutas.</p> <p>Referências: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 39 TIPO 2: 29 TIPO 3: 40	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A análise da modernidade em Max Weber enfatiza o processo de racionalização e a conseqüente pluralização das esferas de valor, o que implica a coexistência de diferentes racionalidades frequentemente conflitantes.</p> <p>A alternativa correta é aquela que reconhece que os conflitos identitários contemporâneos podem ser compreendidos como resultado dessa pluralidade de racionalidades e valores, que competem no espaço público sem possibilidade de harmonização plena.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As demais alternativas são incorretas, pois: não há harmonização progressiva dos valores; Weber não defende a submissão da política à ética da convicção, mas a tensão com a ética da responsabilidade; não há superação do pluralismo; e tampouco dissolução da responsabilidade individual.</p> <p>Referências: WEBER, Max. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 2004. WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 2004. GERTH, H. H.; MILLS, C. W. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 40 TIPO 2: 35 TIPO 3: 33	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da teoria da dominação carismática em Max Weber, especialmente no que se refere ao processo de sua rotinização.</p> <p>A alternativa correta é aquela que descreve a transformação da autoridade carismática em estruturas institucionais, com नियम, cargos e rotinas. Esse processo, denominado rotinização do carisma, permite a continuidade organizacional após a saída do líder, ainda que reduza o caráter excepcional e disruptivo original.</p> <p>As demais alternativas apresentam equívocos: a manutenção integral do carisma é inviável; não há ruptura total com seus efeitos; a sucessão hereditária não é regra geral; e a institucionalização não elimina conflitos internos.</p> <p>Referências: WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 2004. WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982. BENDIX, Reinhard. Max Weber: um perfil intelectual. Brasília: UnB, 1986.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 41	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a organização pedagógica da Companhia de Jesus no período colonial, destacando seu caráter sistemático, normativo e internacionalmente padronizado. Esse modelo educacional não se restringia à catequese, mas envolvia uma estrutura complexa de ensino, com definição de conteúdos, métodos didáticos, progressão curricular e hierarquia docente.</p> <p>O documento que consolidou essas diretrizes foi elaborado no final do século XVI e estabeleceu um padrão pedagógico uniforme para os colégios jesuítas em diferentes territórios. Esse instrumento normativo organizava o ensino em níveis, disciplinava práticas pedagógicas e orientava a formação intelectual segundo princípios humanistas e religiosos.</p> <p>As demais possibilidades referem-se a dispositivos administrativos ou legais de outros contextos históricos, não sendo responsáveis pela sistematização pedagógica da educação jesuítica.</p> <p>O conteúdo abordado na questão está plenamente previsto no EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP, uma vez que trata da organização pedagógica no contexto histórico da educação, especificamente vinculada à educação jesuítica. O edital contempla expressamente o eixo “História da Educação no Brasil; principais períodos e reformas educacionais”, no qual se insere o estudo do modelo educacional jesuítico e do Ratio Studiorum como marco estruturador das práticas pedagógicas no período colonial.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2003. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
--	---	------------	------------------

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Filosofia da Educação fundamentada no materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvido por Karl Marx e apropriado no campo educacional por autores como Dermeval Saviani, compreende a educação como prática social historicamente situada, vinculada às relações materiais de produção e às contradições sociais.</p> <p>Nesse sentido, a educação não é neutra, nem pode ser reduzida à adaptação ao meio ou à formação abstrata do indivíduo. Ao contrário, ela deve possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, articulando teoria e prática (práxis), de modo que os sujeitos compreendam as condições concretas de sua existência e possam intervir na realidade social.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções idealistas, tecnicistas ou liberal-individualistas, incompatíveis com o referencial materialista histórico-dialético.</p> <p>O tema tratado na questão está claramente contemplado no edital, ao discutir a educação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O conteúdo encontra-se previsto nos tópicos “Filosofia da Educação e Sociologia da Educação como fundamentos da prática pedagógica” e “educação e sociedade; função social da escola”, os quais abrangem diferentes concepções filosóficas sobre o papel da educação.</p> <p>Referências: MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 42 TIPO 3: 46	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que organiza o processo educativo em momentos articulados dialeticamente: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.</p> <p>O estágio descrito no enunciado corresponde ao momento em que o aluno realiza uma síntese qualitativamente superior do conhecimento, incorporando criticamente os conteúdos aprendidos e transformando sua compreensão da realidade. Esse momento é denominado catarse, pois representa a superação do senso comum e a internalização crítica do saber sistematizado.</p> <p>As demais denominações não correspondem a esse estágio específico dentro da metodologia histórico-crítica.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no conteúdo programático do edital, ao abordar conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê explicitamente o estudo de “correntes pedagógicas e impactos na educação contemporânea”, bem como “teorias da aprendizagem”, sendo a Pedagogia Histórico-Crítica uma dessas correntes teóricas fundamentais no campo educacional.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 1: 44 TIPO 2: 44 TIPO 3: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget estabelece que o conhecimento se constrói por meio de processos dinâmicos de reorganização das estruturas mentais. O conceito central que regula esse processo é a equilíbrio.</p> <p>A equilíbrio refere-se ao mecanismo pelo qual o sujeito busca superar desequilíbrios cognitivos decorrentes da interação com o meio, reorganizando suas estruturas mentais em níveis mais complexos e estáveis. Trata-se de um processo contínuo que articula assimilação e acomodação, promovendo o avanço do desenvolvimento cognitivo.</p> <p>As demais alternativas representam conceitos parciais ou inadequados para preencher ambas as lacunas, pois não expressam o princípio regulador global do desenvolvimento.</p> <p>A questão aborda conceitos centrais da teoria de Piaget, o que está expressamente previsto no edital. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias da aprendizagem; contribuições de Piaget, Vygotsky e outros autores clássicos e contemporâneos”, sendo a equilíbrio um conceito fundamental da teoria piagetiana.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. A equilíbrio das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. COLL, César; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
--	---	------------	------------------

TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação processual caracteriza-se por acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo do tempo, valorizando registros contínuos, reflexão e acompanhamento formativo do estudante.</p> <p>Instrumentos como portfólio, diário reflexivo, observação sistemática e rubricas analíticas são compatíveis com essa perspectiva, pois permitem monitorar progressos, dificuldades e processos de construção do conhecimento.</p> <p>Por outro lado, a avaliação baseada exclusivamente em prova objetiva ao final de uma unidade, com caráter classificatório e pontual, não se configura como instrumento processual, pois não acompanha o percurso da aprendizagem, limitando-se a mensurar resultados em um momento específico.</p> <p>O conteúdo da questão está diretamente previsto no edital ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. O edital contempla expressamente “Avaliação da aprendizagem; conceitos, funções e instrumentos; avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do desenvolvimento do estudante”, o que inclui a distinção entre instrumentos processuais e classificatórios.</p> <p>Referências: LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 46 TIPO 2: 46 TIPO 3: 45	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A afirmativa I está correta, pois o planejamento escolar envolve a articulação entre diferentes instrumentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, regimento, planos de curso e planos de aula, assegurando coerência entre princípios, objetivos e práticas.</p> <p>A afirmativa II também está correta, uma vez que a Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reforçando a autonomia escolar em consonância com as diretrizes do sistema educacional.</p> <p>A afirmativa III está correta, pois o planejamento pedagógico deve ser contínuo, flexível e sensível às necessidades dos estudantes, incorporando avaliações diagnósticas e ajustes metodológicos.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao abordar planejamento escolar e fundamentos legais da educação. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEPC-GCP inclui “Planejamento escolar; planejamento pedagógico; organização curricular; objetivos de ensino; conteúdos; metodologias; avaliação” e também “Bases legais da educação brasileira; Lei nº 9.394/1996 (LDB)”, contemplando integralmente o conteúdo cobrado.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 47 TIPO 2: 49 TIPO 3: 49	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology, parte do princípio de que a variabilidade dos estudantes é a regra, e não a exceção, nos contextos educacionais.</p> <p>Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos centrados em um “aluno padrão”, propondo a construção de ambientes flexíveis, acessíveis e responsivos às múltiplas formas de aprender. Assim, o foco desloca-se da adaptação do estudante ao currículo para a adaptação do currículo à diversidade dos estudantes.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções incompatíveis com o DUA, ao priorizar homogeneização, centralização instrucional ou ausência de revisão estrutural.</p> <p>O conteúdo da questão está previsto no edital ao tratar de práticas pedagógicas inclusivas e diversidade educacional. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê expressamente “Educação inclusiva; fundamentos teóricos e legais; políticas públicas; práticas pedagógicas inclusivas; atendimento educacional especializado; diversidade e equidade”, sendo o Desenho Universal para a Aprendizagem uma abordagem inserida nesse campo teórico-metodológico.</p> <p>Referências: CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 48 TIPO 2: 47 TIPO 3: 48	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa intencionalidade, posicionamento político e escolhas pedagógicas da</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>instituição escolar. Portanto, não pode ser considerado neutro, ainda que sua elaboração seja coletiva e participativa.</p> <p>A ideia de neutralidade contraria fundamentos teóricos da educação crítica, uma vez que toda prática educativa está inserida em contextos históricos, sociais e ideológicos. Assim, afirmar que o PPP é neutro constitui equívoco conceitual.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois reconhecem o caráter dinâmico, participativo, articulador e orientador do PPP.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no edital ao abordar o Projeto Político-Pedagógico. O conteúdo está expressamente previsto no eixo “Projeto Político-Pedagógico; concepção; elaboração; implementação; avaliação; gestão democrática da escola”, abrangendo integralmente os aspectos conceituais e práticos cobrados.</p> <p>Referências: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico: fundamentos para sua construção. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 49 TIPO 2: 41 TIPO 3: 50	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmativa está correta, pois a interdisciplinaridade não pressupõe a eliminação das disciplinas, mas sim a articulação entre elas. Trata-se de um princípio que busca superar a fragmentação do conhecimento por meio da integração de diferentes perspectivas epistemológicas, permitindo a compreensão de problemas complexos que não podem ser adequadamente analisados de forma isolada. Assim, preserva-se a</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA C

	<p>especificidade dos campos disciplinares, ao mesmo tempo em que se promove diálogo e cooperação entre eles.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que a integração entre áreas do conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis e formatos. Desde abordagens mais simples, como a articulação temática entre disciplinas, até modelos curriculares mais amplos organizados por áreas, como Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, observa-se uma diversidade de estratégias adotadas em políticas educacionais contemporâneas. Esse movimento reflete tentativas de reorganizar o currículo em direção a maior coerência e integração.</p> <p>A terceira afirmativa está igualmente correta. A transversalidade surge como resposta crítica à fragmentação do saber produzida pela modernidade científica, especialmente sob influência do paradigma cartesiano-newtoniano, que enfatizou a divisão, a especialização e a análise isolada dos fenômenos. Nesse contexto, a transversalidade propõe a inserção de temas que atravessam diferentes áreas do conhecimento, promovendo articulação entre saberes e ampliando a compreensão da realidade.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas são verdadeiras.</p> <p>O conteúdo da questão está claramente previsto no edital, ao tratar da interdisciplinaridade e integração entre áreas do conhecimento. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Interdisciplinaridade, transversalidade e integração entre áreas do conhecimento; temas contemporâneos transversais”, contemplando integralmente o conteúdo abordado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO.</p>		
TIPO 1: 50 TIPO 2: 43 TIPO 3: 47	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências como a</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. O termo “descriptor”, por sua vez, não corresponde a esse conceito central da BNCC, sendo utilizado em outros contextos avaliativos, como matrizes de avaliação.</p> <p>Assim, a afirmação que atribui à noção de “descriptor” esse papel conceitual está incorreta.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois refletem a natureza normativa da BNCC, seu processo de homologação, seu impacto pedagógico e os debates críticos que suscita.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, além de mencionar sua articulação com o planejamento pedagógico e as diretrizes curriculares, abrangendo os fundamentos conceituais e normativos cobrados na questão.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017-2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
---	--	--